



RESOLUÇÃO Nº 002/88 DE 24 DE JUNHO DE 1988

CONSELHO DIRETOR DA FURG

O Reitor da Universidade do Rio Grande, na qualidade de Presidente da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão do Conselho Diretor, tomada em reunião no dia 24 de junho de 1988, nesta data,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Aprovar as Normas para Funcionamento do Colégio Eleitoral Especial que indicará as listas sêxtuplas para escolha de Reitor e Vice-Reitor, conforme o anexo.

Artigo 2º - A presente Resolução vigora a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Fundação Universidade do Rio Grande
em 27 de junho de 1988.

Prof. Jomar Bessouat Laurino

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FURG

Normas para funcionamento do Colégio Eleitoral Especial que indicará as Listas Sêxtuplas para Escolha de Reitor e Vice-Reitor (anexo à Resolução nº 02/88 do CONDIR)

Art. 1º - A indicação de listas sêxtuplas para nomeação de Reitor e do Vice-Reitor da Universidade do Rio Grande efetivar-se-á na forma e nos prazos da lei, observadas as disposições desta Resolução.

Art. 2º - As listas sêxtuplas para escolha do Reitor e do Vice-Reitor serão preparadas por um colégio eleitoral especial integrado pelos membros dos Conselhos Universitário da Universidade do Rio Grande e Diretor da Fundação Universidade do Rio Grande, convocado pelo Reitor, como Presidente dos Conselhos, para esse fim e com antecedência mínima de cinco dias úteis, excluído o sábado.

Parágrafo Único - Nessa reunião, só será permitida a presença dos membros do Colégio Eleitoral Especial, que são os componentes do CONSUN e do CONDIR com direito a voto, e das secretárias dos Conselho Superiores.

Art. 3º - Nos casos em que a mesma pessoa seja membro dos dois conselhos, concomitantemente, essa figurará no Colégio Eleitoral Especial uma única vez, tanto para efeito de "quorum", como para o exercício do voto, que será singular, vedada a representação, em qualquer hipótese.

Art. 4º - Não será permitida a participação de membro do Colégio Eleitoral Especial que comparecer após o início dos trabalhos.

Art. 5º - É vedado a qualquer membro do Colégio Eleitoral Especial retirar-se antes de se haver realizado o último escrutínio e ter assinado a Ata da reunião, salvo em caso justificado, com a aprovação da maioria absoluta dos membros presentes.

Art. 6º - A reunião do Colégio Eleitoral especial será aberta pelo Reitor, que a presidirá, observada previamente a presença de dois terços (2/3) do total de seus membros.

§ 1º - No caso de inexistência de "quorum" para abertura dos trabalhos no dia e hora designados na convocação e não se completando este, decorridos 30 minutos, o Presidente designará novo dia e hora, dentro de 3 (três) dias, ficando desde logo notificados os presentes, devendo os ausentes serem convocados por escrito com

pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

§ 2º - Se for constatada a impossibilidade da realização da segunda reunião, o Presidente, na forma do parágrafo primeiro, convocará outras; caso perdure o impasse, reuniões sucessivas serão convocadas de igual modo.

Art. 7º - Aberta a sessão, o Presidente encaminhará a eleição, dentre os membros do Colégio Eleitoral Especial, de 03 (três) escrutinadores, encarregados do processo de votação e apuração.

Art. 8º - Após a constituição da Comissão Escrutinadora, será aberto um período para inscrição e encaminhamento de chapas concorrentes à lista referida no artigo 1º.

§ 1º - A inscrição e encaminhamento de chapas somente pode ser feita por membro do Colégio Eleitoral Especial

§ 2º - As chapas, obrigatoriamente, serão compostas de seis nomes ordenados de acordo com a ordem sugerida para votação.

Art. 9º - A eleição dos nomes que comporão a lista proceder-se-á em seis votações sucessivas do primeiro ao sexto nome da lista

§ 1º - A lista sêxtupla, resultante dos sucessivos escrutínios, obedecerá à ordem de votação e conterá os nomes daqueles eleitos.

§ 2º - Será permitido, se assim propuser o responsável pela inscrição da chapa, que a cada nova votação, concorram os candidatos que já concorreram e não foram eleitos em votações anteriores.

§ 3º - No caso de ser utilizado o disposto no parágrafo anterior, não haverá deslocamento, retirada ou alteração da ordem dos inscritos, não submetidos ainda a votação.

§ 4º - Será eleito o candidato que obtiver o maior número de votos em cada escrutínio.

Art. 10 - A votação obedecerá aos seguintes procedimentos:

- I - será feita chamada nominal dos eleitores para cada escrutínio, os quais receberão uma cédula rubricada pelo Presidente e pela secretária, e depositarão o seu voto após assinar a lista de votação

- II - da cédula deverá constar, além das rubricas referidas no item I, unicamente o nome do sufragado, escrito de forma a que não traga dúvida quanto a sua identificação, sob pena de nulidade do voto;
- III - depositados os votos de todos os eleitores presentes, proceder-se-á, imediatamente, a apuração, sendo considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos;
- IV - concluída a apuração de cada escrutínio, as cédulas respectivas serão grampeadas e envelopadas juntamente com a lista de votantes correspondente;
- V - havendo divergência entre o número de votantes, constante na lista e o número de cédulas depositadas, o escrutínio será considerado nulo; nesse caso, não se procederá a apuração;
- VI - verificada a qualquer tempo a inexistência de "quorum" mínimo através das listas de votação, o presidente declarará nulo o escrutínio que estiver se realizando e suspenderá a sessão, procedendo, em seguida, de acordo com os parágrafos do artigo 6º, considerando-se válidas as votações já realizadas e apuradas

Art. 11 - Terminada e apuradas as votações e proclamados pelo presidente os seis nomes da lista, a secretaria lavrará imediatamente ata circunstanciada da reunião, a qual, concluída e lida, deverá ser, de logo, subscrita pela secretária e assinada pelo presidente e demais membros do Colégio Eleitoral Especial presentes à reunião.

Parágrafo Único - A Secretaria dos Conselhos encaminhará cópia autenticada da Ata aos órgãos representativos da comunidade universitária.

Art. 12 - Na preparação das listas para a escolha do Reitor e do Vice-Reitor, observar-se-ão ainda as seguintes prescrições:

- I - antes de ser encaminhada a lista sêxtupla, os que nela forem indicados manifestarão, em documento escrito e devidamente protocolado no Protocolo do campus Cidade, no prazo de 03 (três) dias úteis subseqüentes à eleição, a disposição de aceitar a nomeação para o mandato, se escolhido.
- II - será considerada como desistência a não manifestação no prazo acima citado;
- III - na hipótese de recusa de um ou mais indicados, deverá a lista retornar ao Colégio Eleitoral Especial a fim de ser

completada, procedendo-se em tudo, de conformidade com o prescrito nesta Resolução.

Art. 13 - A reunião para elaboração de lista sêxtupla para Reitor deverá realizar-se no mínimo após 10 (dez) dias da promulgação da presente Resolução.

Art. 14 - Os casos omissos serão resolvidos por aprovação da maioria absoluta dos membros do Colégio Eleitoral Especial.

Art. 15 - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua promulgação, ficando revogadas as disposições em contrário.